

A POPULAÇÃO BRASILEIRA: TRABALHAR E SOBREVIVER

Rosa Ester Rossini*

Desde os primeiros dados populacionais brasileiros há a revelação de crescimento acentuado da população. De uma população de 9.930.000 pessoas em 1872, atinge-se em pouco mais de um século o contingente de

146.155.000 pessoas em 1991 (Figura: Brasil - População - Censos de 1872 a 1991).

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA - 1872-1980

CENSOS	POPULAÇÃO POR 1000	(EM %)
1872	9.930	2,01
1890	14.334	2,42
1900	18.200	2,12
1920	27.500	2,05
1940	41.236	2,38
1950	51.944	2,99
1960	70.119	2,89
1970	93.139	2,48
1980	119.099	1,89
1991	146.155	-

Fonte: Censos Demográficos do Brasil

Do final do século até o início da década de 40 o crescimento populacional deveu-se em grande parte não só ao crescimento vegetativo, mas à entrada de estrangeiros no país. Na estruturação do espaço, a agricultura, especialmente do café, aliada à tendência de urbanização foram responsáveis pelo crescimento acelerado da população, especialmente no Centro-Sul do país.

Sintetizando, poder-se-ia dizer que as formas propriamente capitalistas de produção na agricultura e principalmente nas atividades urbano-industriais se localizavam prioritariamente no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. O crescimento demográfico alimentado principalmente pelos fluxos migratórios nacionais, concentrando-se espacialmente no Centro-Sul do país, assim como o mercado consumidor, sustentaram a produção

necessária de força de trabalho para a fase inicial do desenvolvimento capitalista.

Se de um lado a rápida expansão do mercado atraía estabelecimentos industriais para atender a essa massa de população, ao mesmo tempo em que cresciam as oportunidades de emprego e de geração de riqueza especialmente em São Paulo, de outro lado continuava o fluxo migratório, aumentava o mercado consumidor, etc... a concentração espacial das indústrias produtoras de bens de consumo atraía igualmente indústrias de bens intermediários, promovendo cada vez mais o processo de concentração da riqueza nesta parte do território.

(*) Professora Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP

A expansão da ocupação do espaço nacional foi se processando a partir desse pólo dinâmico, favorecido pela penetração das estradas que hoje cortam o território, promovendo uma verdadeira integração nacional comandada pelo Sudeste e de forma particular pela metrópole paulistana.

Assim, a partir de 1940, o crescimento populacional, após a diminuição acentuada da imigração, esteve diretamente relacionado com a queda acentuada da mortalidade e manutenção em níveis bastante elevados da fecundidade.

Embora haja um equilíbrio entre o número de homens e mulheres, cerca de 50% da população brasileira é constituída por jovens com idades inferiores a 20 anos. Na faixa dos 15 aos 49 anos, porém, há 49,4% de mulheres.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

As migrações internas poderiam, em boa parte, ser explicadas como um "mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas" (Singer, 1975 p. 33). (Figura: Brasil - Grandes Regiões - População Urbana - Censos de 1940 a 1991 Tabela: Brasil - Grandes Regiões - População Urbana - Censos de 1940 a 1991. Figura: Brasil - Taxas Médias de Incremento anual - 1970/1980 - 1980/1991; Tabela: População Residente, por Sexo e Taxa Média Geométrica de Incremento Anual, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1991. Tabela: Aspectos da Dinâmica Populacional Brasileira 1970-80).

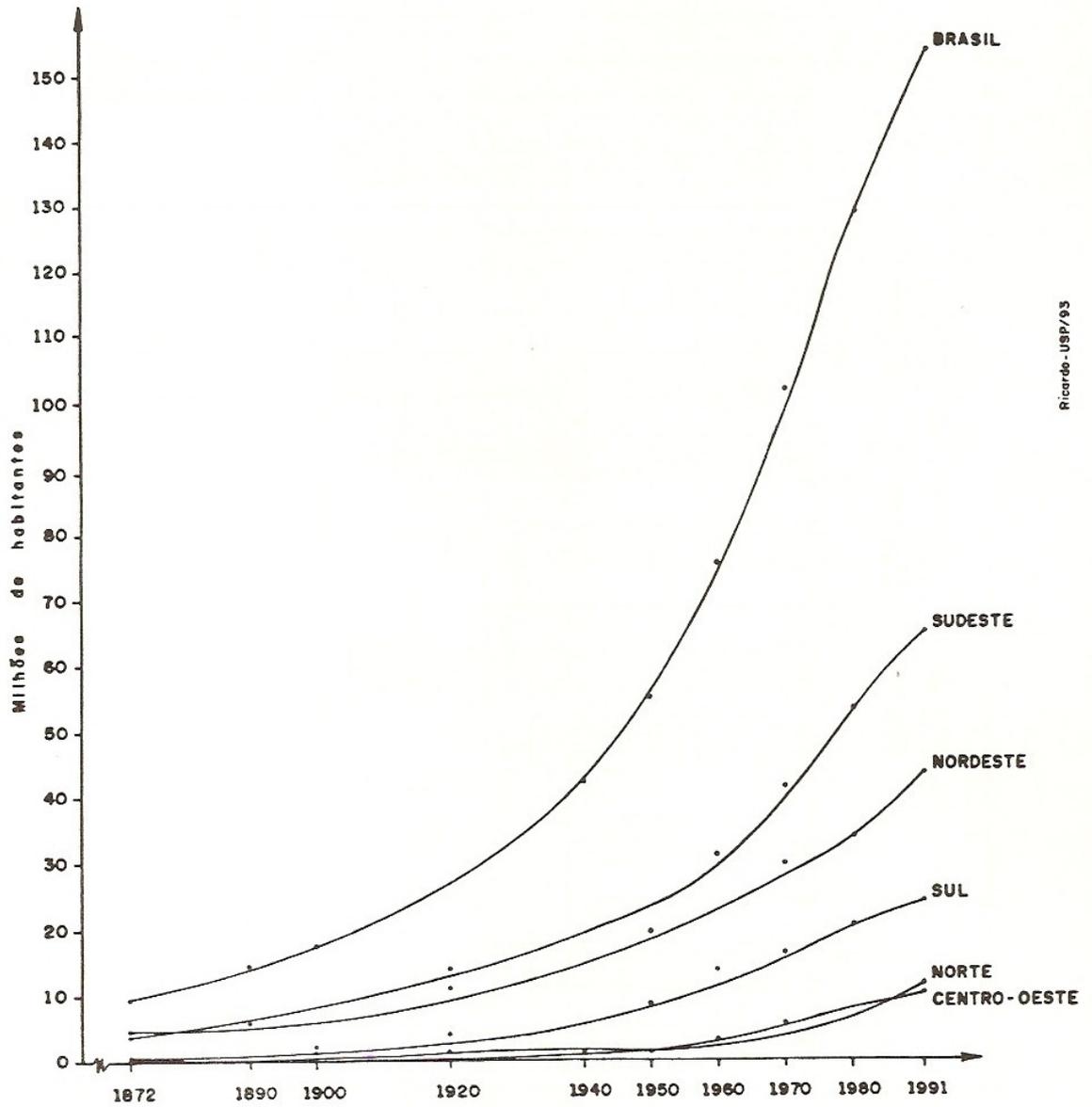
BRASIL GRANDES REGIÕES POPULAÇÃO URBANA CENSOS DE 1940 À 1991

Grandes Regiões	em percentagem			
	1940	1960	1980	1991
Norte	27,75	37,80	51,69	57,84
Nordeste	23,42	34,24	50,44	60,64
Sudeste	39,42	57,36	82,79	88,01 *
Sul	27,73	37,58	62,41	74,12
Centro-Oeste	21,52	35,02	67,75	79,16
BRASIL	26,35	46,30	68,86	75,47

* Estado de São Paulo - 1991 - 92,79%

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico

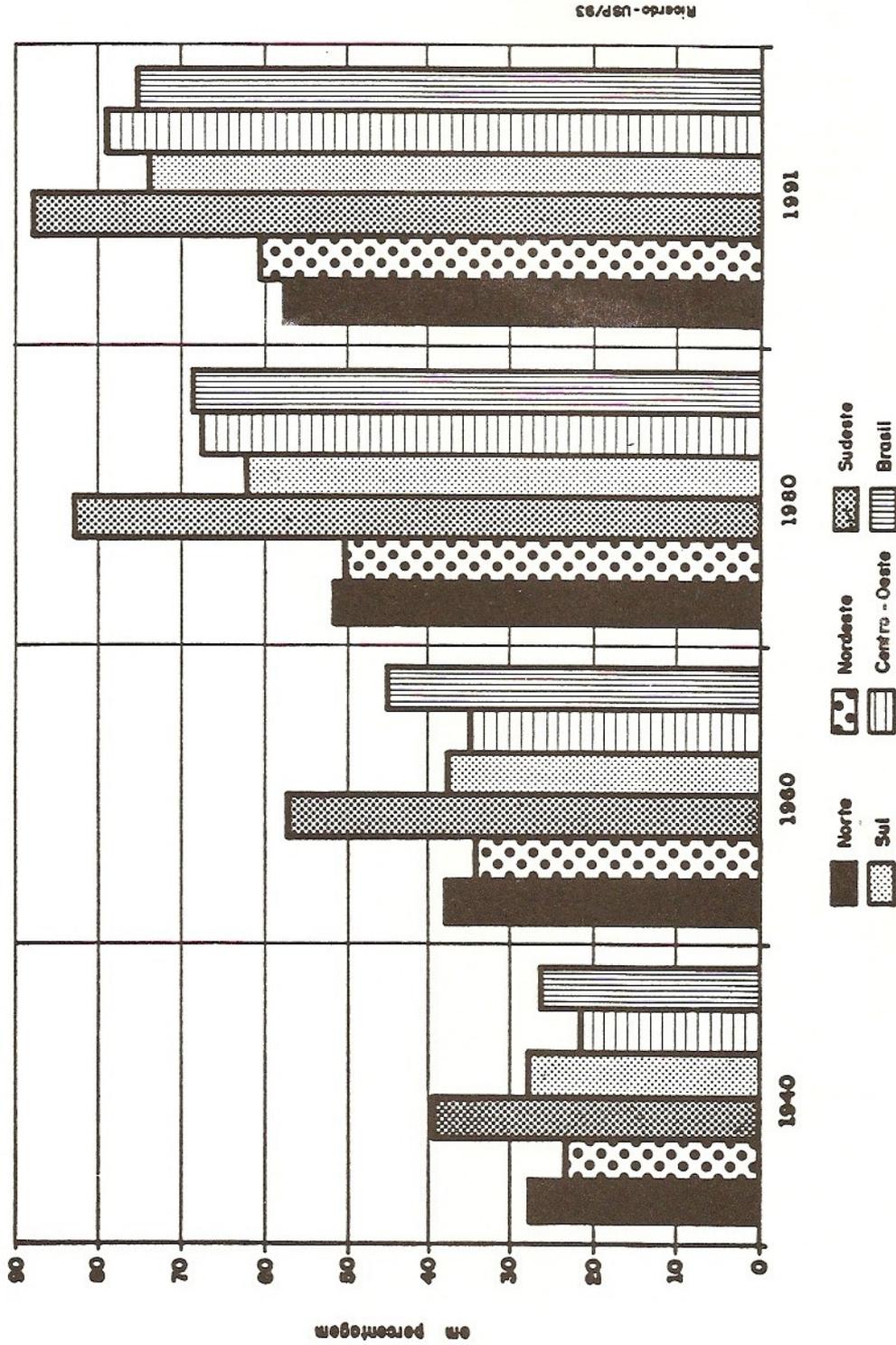
BRASIL - POPULAÇÃO
Censos de 1872 a 1991



Ricardo - USP/93

Fonte: FIBGE

BRASIL
GRANDES REGIÕES - POPULAÇÃO URBANA
 Censos de 1940 a 1991



Fonte: FIBGE - Censos Demográficos
 Org.: Pereira • Rossini - 1993

BRASIL
POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SEXO E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE
INCREMENTO ANUAL, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES
DA FEDERAÇÃO - 1991

Grandes Regiões e Unidades da Federação	POPULAÇÃO RESIDENTE (1 000 pessoas) 1991 (1)			Taxa Média Geométrica de Incremento Anual	
	Total	Homens	Mulheres	1970/80	1980/91
BRASIL	146 155	72 171	73 984	2,49	1,89
NORTE	10 146	5 178	4 968	5,03	3,96
Rondônia	1 130	585	545	16,00	7,87
Acre	417	211	206	3,45	3,01
Amazonas	2 089	1 076	1 013	4,10	3,50
Roraima	216	119	97	6,06	9,55
Pará	5 085	2 571	2 513	4,64	3,72
Amapá	289	145	144	4,37	4,65
Tocantins	920	471	449	-	2,01
NORDESTE	42 387	20 727	21 660	2,17	1,81
Maranhão	4 922	2 441	2 481	2,91	1,91
Piauí	2 581	1 261	1 320	2,44	1,72
Ceará	6 353	3 084	3 269	1,96	1,68
R. G. do Norte	2 414	1 178	1 236	2,06	2,21
Paraíba	3 201	1 546	1 655	1,52	1,32
Pernambuco	7 110	3 434	3 676	1,76	1,34
Alagoas	2 513	1 227	1 286	2,28	2,18
Sergipe	1 492	731	762	2,36	2,48
Bahia	11 802	5 826	5 976	2,37	2,04
SUDESTE	62 121	30 581	31 540	2,65	1,68
Minas Gerais	15 746	7 801	7 945	1,54	1,49
Espírito Santo	2 598	1 297	1 301	2,36	2,30
Rio de Janeiro	12 584	6 065	6 519	2,31	0,99
São Paulo	31 193	15 419	15 774	3,49	2,02
SUL	22 080	10 957	11 123	1,44	1,36
Paraná	8 416	4 194	4 222	0,97	0,90
Santa Catarina	4 536	2 273	2 264	2,27	2,05
R. G. do Sul	9 128	4 491	4 637	1,56	1,47
CENTRO-OESTE	9 420	4 728	4 692	4,05	3,00
M. Grosso do Sul	1 778	898	880	3,20	2,40
Mato Grosso	2 021	1 045	975	6,62	5,35
Goiás	4 025	2 018	2 007	2,78	2,34
Distrito Federal	1 596	766	830	8,13	2,81

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Departamento de População

NOTA - As diferenças apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Resultados preliminares.

Tabela
Aspectos da Dinâmica Populacional Brasileira
1970-80

REGIÃO E ESTADO	População Residente 1970	População Residente 1980	Diferença Absoluta 1970-80	Popul. Resid. 1970(%)	Popul. Resid. 1980(%)	No Aum. Total 1970-80	Tx.Cr Anual 70-80	Migração Líquida 1970-80
NORTE	3.602.171	5.866.673	2.264.502	3,86	4,03	8,77	5,00	915.120
Rondônia	113.659	492.744	379.085	0,12	0,41	1,46	15,80	336.508
Acre	216.200	301.628	85.428	0,23	0,25	0,33	3,39	4.439
Amazonas	955.394	1.406.354	450.960	1,02	1,18	1,75	3,94	93.067
Roraima	40.915	79.078	38.163	0,04	0,07	0,15	6,81	22.836
Pará	2.161.316	3.411.235	1.249.919	2,32	2,87	4,84	4,67	440.285
Amapá	114.687	175.634	60.947	0,12	0,13	0,23	4,35	17.985
NORDESTE	28.150.078	34.855.745	6.705.667	30,20	29,28	25,98	2,16	- 2.218.645
Maranhão	2.997.576	4.002.679	1.005.103	3,22	3,36	3,89	2,93	100.393
Piauí	1.680.964	2.140.064	459.100	,80	1,80	1,78	2,44	- 48.238
Ceará	4.366.970	5.293.725	926.755	4,68	4,45	3,59	1,94	- 424.57
Rio Gde do Norte	1.552.158	1.899.725	347.567	1,67	1,60	1,35	2,04	- 132.738
Paraíba	2.384.615	2.772.571	387.956	2,56	2,33	1,50	1,52	- 349.948
Pernambuco	5.166.554	6.145.124	978.570	5,54	5,16	3,79	1,75	- 620.187
Alagoas	1.589.605	1.987.673	398.068	1,71	1,67	1,54	2,26	- 93.825
Fdo. de Noronha	1.239	1.266	27	-	-	0,00	0,22	- 393
Sergipe	901.618	1.142.368	240.750	0,97	0,96	0,93	2,39	- 64.955
Bahia	7.508.779	9.470.550	961.771	8,06	7,96	7,60	2,35	- 584.178
SUDESTE	39.872.625	51.727.924	11.855.299	42,77	43,46	45,93	2,64	2.546.164
Minas Gerais	11.497.574	13.382.904	1.885.330	12,33	11,24	7,30	1,53	- 1.643.223
Espírito Santo	1.600.305	.023.752	423.447	1,72	1,70	1,64	2,38	- 67.680
Rio de Janeiro	8.998.857	11.297.962	2.299.105	9,65	9,49	8,91	2,30	717.334
São Paulo	17.775.889	25.023.306	7.247.417	19,07	21,02	28,08	3,48	3.539.739
SUL	16.510.485	19.022.590	2.512.105	17,71	15,98	9,73	1,43	- 978.685
Paraná	6.936.743	7.617.292	680.549	7,44	6,40	2,64	0,94	- 1.572.662
Santa Catarina	2.903.360	3.628.761	725.379	3,11	3,05	2,81	2,26	46.827
Rio Grande do Sul	6.670.382	7.776.537	1.106.155	7,16	6,53	4,29	1,55	- 452.850
CENTRO-OESTE	5.079.952	7.551.668	2.471.716	5,45	6,34	9,58	4,04	736.046
Mto Grosso do Sul	909.452	1.368.803	369.351	1,07	1,15	1,43	3,19	27.868
Mato Grosso	601.042	1.141.236	540.194	0,64	0,96	2,09	6,62	334.836
Goiás	2.941.107	3.864.881	923.774	3,16	3,25	3,58	2,77	- 81.116
Distrito Federal	538.351	1.176.748	638.397	0,58	0,99	2,47	8,13	454.458
BRASIL	93.215.311	119.024.600	25.809.289	100,00%	100,00%	100,00%	2,47	+ - 6.136.575

Fonte: Resultados Preliminares do Censo 1980 - FIBGE

In Martine, G. 1981 - Notas sobre os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1980 (mimeo)

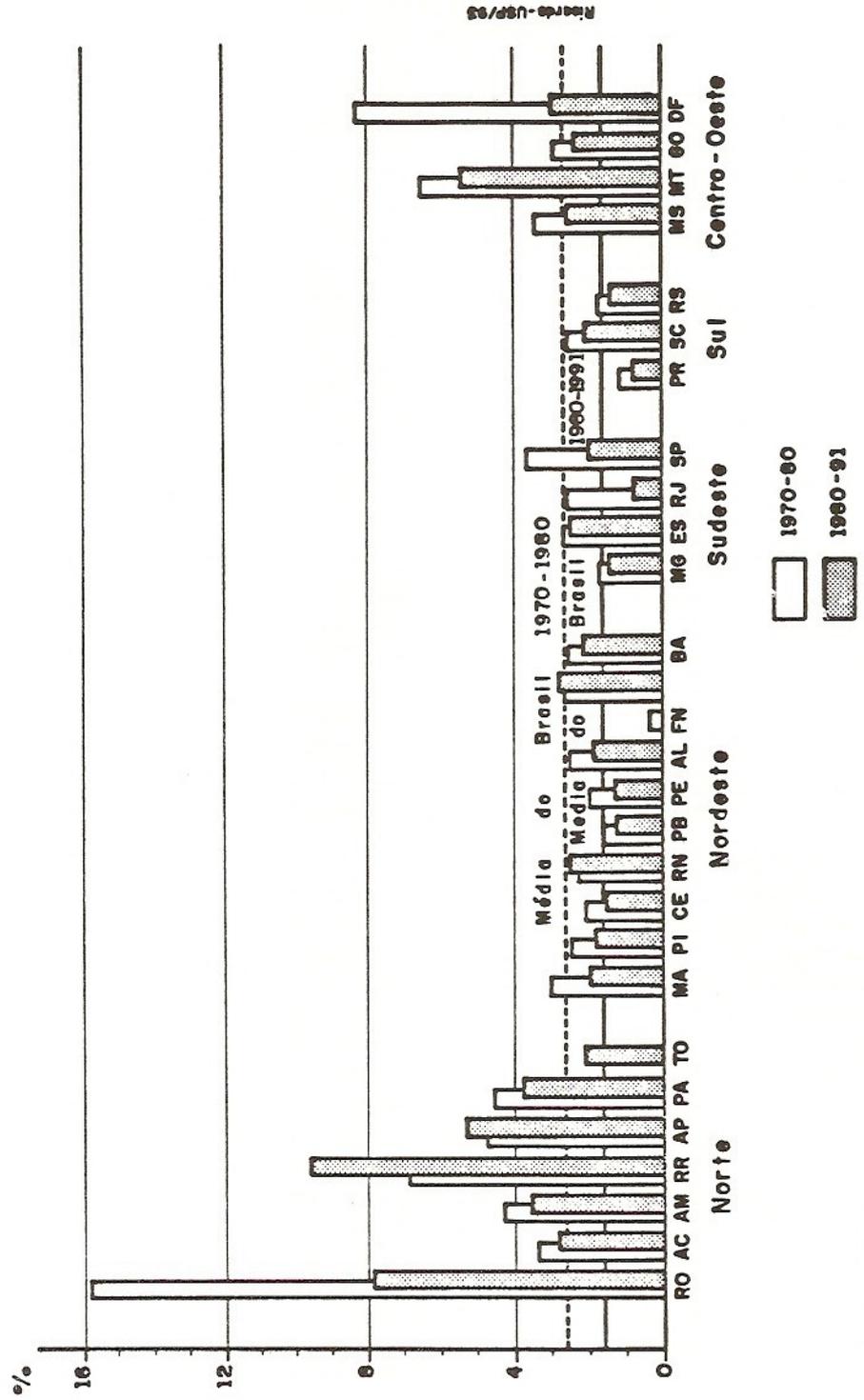
Para melhor entendimento da questão migratória é conveniente fazer um rápido apanhado da dinâmica do movimento do início do século e, de forma especial, a partir de 1940, do ponto de vista da composição inter-regional. Sumarizando, também, idéias de Graham e Holanda Filho (1980), temos:

- o Rio de Janeiro, São Paulo e Estados do Sul predominam, nos anos 30, como as principais áreas de imigração. Minas Gerais e Estados do Nordeste (com

exceção da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão) apresentam significativa emigração.

- na década de 40 esta situação continuou, com intensidade no ritmo de emigração para todo o Nordeste e Minas Gerais, em direção especialmente a São Paulo, Rio de Janeiro e Estados do Sul do país. Paraná assumiu a liderança de recebimento de contingentes em função da cultura do café na orientação da migração rural-rural.

BRASIL
TAXAS MÉDIAS DE INCREMENTO ANUAL
1970/1980 - 1980/1991



Fonte: FIBGE

– nos anos 50, registrou-se o maior incremento de fluxos migratórios já registrados no país. Novamente os Estados do Nordeste e Minas Gerais foram os maiores fornecedores de mão-de-obra para São Paulo e Paraná. Surge um novo ator de recebimento de mão-de-obra - Goiás – dada a expansão da fronteira agrícola e a construção da capital federal. O programa de Metas do Governo Kubitschek, além de provocar uma grande migração para o Planalto Central, com a construção de Brasília e conseqüente criação de empregos em todos os setores, acelerou também a migração através do processo de industrialização com base na indústria automobilística. Começa a construção de novas estradas, favorecendo a ligação Norte-Sul do país (Andrade, 1982).

– a grande inflexão na tendência histórica dos movimentos migratórios ocorre na década de 60, quando o Nordeste passou a contribuir com um número relativamente menor de contingentes de modo especial para o Rio de Janeiro, aumentando, porém, em direção a São Paulo. Os movimentos de saída de Minas e Espírito Santo se intensificaram. A queda do movimento para o Paraná começou a se tornar evidente. Goiás e Mato Grosso, as novas frentes de expansão, passaram a ser o grande alvo migratório. Crescem as migrações camponesas aceleradas pela intensificação da penetração das relações capitalistas de produção no campo, complementadas pela política de erradicação dos cafezais pouco produtivos e culminando obviamente com a aplicação da Legislação Trabalhista para o homem do campo. Continuam as políticas de construção de estradas rasgando o país em todos os sentidos. A urbanização se acelera (Andrade, 1982, Taschner e Bogus, 1984, 1986).

– a década de 70 denota uma nova orientação na direção das migrações. A Amazônia no seu conjunto, sobretudo Rondônia, se transforma na área de grande recebimento de pessoas de todo o país; de forma mais expressiva, daquelas oriundas notadamente dos Estados do Paraná, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e até mesmo de Goiás, São Paulo e do Nordeste em geral. Mesmo guardando um forte dinamismo econômico, pois a atividade industrial é hoje bastante relevante na metrópole mineira de Belo Horizonte, o Estado de Minas Gerais continua sendo o maior fornecedor de força de trabalho para todas as áreas onde a reprodução do

capital tem sido, naquele momento, significativa. Dada a proximidade com São Paulo, regra geral, os maiores contingentes se encaminham para ele.

O Estado de São Paulo, em todos os momentos, é o grande receptor de mão-de-obra, apesar de toda a crise pela qual passa o país, enfrentando também a metrópole essas dificuldades. O polo econômico do país, em função de sua atividade industrial, vê suas cifras referentes ao desemprego assumir altíssimas taxas. O subemprego prolifera, a mendicância e a prostituição aumentam. Proporcionalmente, os assaltos a bancos, a residências, a casas comerciais se intensificam. O termômetro da crise aparece de forma clara quando supermercados são saqueados, principalmente nas áreas metropolitanas do país e os quebra-quebras em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador se tornam freqüentes. Cresceram, também, as ocupações de terras urbanas e rurais (Rossini, 1987).

Apesar das dificuldades apresentadas, o Estado de São Paulo continua sendo a área onde a reprodução do capital se faz de forma bastante intensa. Cerca de 2.600.000 pessoas, na década de 70/80, oriundas de outros Estados, migraram para São Paulo e cerca de 200.000 partiram, na sua maioria, à procura de trabalho nas frentes de expansão ou como elementos altamente especializados para atender as áreas urbanas ou rurais com implantação de tecnologia sofisticada.

"As crescentes tensões sociais na Amazônia estão diretamente relacionadas com a natureza dos movimentos populacionais produzidos pela estrutura fundiária brasileira. Pode-se distinguir, no país, três grandes correntes migratórias, duas das quais orientadas para a região amazônica. Uma delas é a já antiga e conhecida corrente que leva trabalhadores do Nordeste para o Sudeste do país,... Do Nordeste, particularmente do Ceará, do Piauí e do Maranhão, sai um outro fluxo em direção ao Norte e ao Centro-Oeste, o que basicamente quer dizer Amazônia Legal. Uma outra grande corrente migratória, mais recente, é a que se dirige do Rio Grande do Sul e do Paraná para o Mato Grosso e Rondônia (Martins, 1980)

Assim sendo, percebe-se que a Amazônia – Amazônia Legal – se constitui, praticamente a partir de 60, na última fronteira do país. O recente movimento de expansão do capital monopolista ocorrido na região sob a

tutela do Estado e, principalmente, a valorização da grande propriedade tem contribuído para a transformação da área como reserva de valor. A melhoria da infraestrutura e o favorecimento às empresas através dos incentivos fiscais permitiria, de um lado, a ocupação através do desenvolvimento da pecuária de corte e, de outro lado, propiciaria um maior conhecimento dos recursos naturais.

Progressivamente, a Amazônia se transforma, através da intervenção do Estado, em um espaço de grande interesse do capital. Antes da década de 60, no entanto, ela já vinha sendo ocupada por massa populacional que, face à distorcida estrutura fundiária do país, é constantemente empurrada pelo capital para as áreas de fronteira num sucessivo processo de migrações.

Para os homens sem terra, o Estado anunciava a perspectiva de um "lugar ao sol". O principal eixo de fixação seria ao longo da Rodovia Transamazônica. Havia, porém, uma distância muito grande entre o discurso do Estado e a sua execução concreta. Apenas 10% das famílias propostas no projeto inicial foram atendidas.

Os fluxos migratórios para a Amazônia se intensificaram e, ao invés de diminuir as tensões sociais rurais, acabaram por aguçar-las, pois os grandes projetos agropecuários, baseados na grande propriedade, com tecnologia sofisticada, se avolumaram e os pequenos produtores, posseiros e índios perderam paulatinamente espaço. O vai-e-vem da migração continua e os limites do Estado são transpostos como por exemplo em direção à Bolívia e Peru (Andrade, 1982, p. 195-200).

O que tem ocorrido na Amazônia é a formação de grandes reservas de mão-de-obra, a subordinação do pequeno produtor aos interesses do grande capital, conseqüentemente da grande empresa, permitindo a estas a apropriação dos benefícios da produção sem assumir seus riscos.

É importante ressaltar que, se para os primeiros migrantes foi possível adquirir terra com áreas bem maiores àquelas que possuíam ou que poderiam comprar em outras áreas do território, para aqueles que chegam mais tarde isto passa a ser um sonho, pois o trabalho incorporado à terra pelos pioneiros é também fator que determina sua crescente e acelerada valorização (Jatene, 1983). Intensifica-se a penetração dos capitais

paulistas e internacionais. A política de incentivos fiscais corrobora para isso, acelerando essas iniciativas na Amazônia, no Nordeste, etc.

No conjunto, destaca-se a década 70/80 como marcada por uma acentuada tendência concentradora nas áreas mais dinâmicas e coincidentemente as mais densamente povoadas do país. Destaca-se, também, o papel das áreas metropolitanas no conjunto do movimento migratório. Deve-se ter em mente que a Amazônia, no seu conjunto, teve crescimento percentual da população bastante grande.

Embora o Estado de São Paulo tenha crescido a uma taxa (3,48% ao ano) pouco superior à média nacional (2,47% ao ano), 28% do aumento total da população se dirigiu para ele e 46% para a região Sudeste, na qual ele se insere.

Apesar de as taxas de crescimento no Nordeste terem sido inferiores à média nacional em oito dos nove Estados, sua contribuição, entretanto, foi de 26% do total do aumento da população. O Maranhão foi o único Estado a apresentar saldo positivo, por se tratar de Estado contíguo à Amazônia e guardar algumas características de área de fronteira agrícola e ter sido também alvo dos especuladores e de projetos governamentais (Rodovia Transamazônica). Os Estados da Bahia, Pernambuco e Paraíba foram os mais afetados pela emigração. O Nordeste, no seu conjunto, "teria perdido, segundo estimativas, um saldo de 2,2 milhões de migrantes. Apesar de ser uma quantia evidentemente substantiva, ela representa uma emigração, em termos proporcionais, bastante menor que a sofrida por Minas ou Paraná" (Martine, 1981).

Os fluxos migratórios dirigidos tanto pelo Estado como por companhias particulares não foram suficientes para diminuir as pressões sociais existentes no país. Embora o número de pessoas que se dirigiu para a Região Norte e Centro-Oeste e, em especial, Rondônia, Pará e Roraima, tenha sido significativo tanto numericamente quanto percentualmente, em função tanto da construção de novos eixos de circulação como pela expansão da fronteira agrícola, fica muito aquém do contingente que se encaminhou para o Sudeste, no seu conjunto. É de se ressaltar, entretanto, que Rondônia, na década, teve uma taxa de acréscimo médio anual de 15,80%, seguido de Roraima com 6,81%, igualmente

BRASIL
TENDÊNCIA DAS MIGRAÇÕES INTERNAS
1988



0 750 Km.

Org.: Rossini, Simielli, Real

Ricardo - USP/92

Mato Grosso com 6,62% e o Distrito Federal com 8,13%.

Goiás, que desde 1940 vinha apresentando as mesmas características do Paraná quanto ao crescimento, teve perdas líquidas de população, embora tivesse mantido uma taxa de aumento pouco superior à média nacional, devido ao forte crescimento vegetativo.

Paraná, o segundo Estado com maior perda líquida – (1.572.662 pessoas) na década, como se sabe, constituía, desde 1940 até a década de 60, uma área de atração por excelência, dado o dinamismo ligado à implantação da agricultura cafeeira e, na última década (1970/80), conforme já referido, foi o Estado que teve a mais baixa taxa de incremento anual de população do país (0,94% ao ano). O Rio Grande do Sul, devido à concentração de terras, ao desenvolvimento de agricultura sofisticada e à saturação populacional das pequenas propriedades – colônias –, vem perdendo o ritmo de crescimento e na última década chegou a ter um saldo negativo de 580 mil pessoas e uma taxa de crescimento médio anual na ordem de 1,55% (Rossini, 1988).

Reforçando o caráter concentrador dos homens onde se encontra o capital, destaque-se que 43,9% do crescimento populacional da década de 70 se deveu a nove áreas metropolitanas, mais o Distrito Federal - Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Enquanto o Brasil, como um todo, teve uma taxa de crescimento anual de 2,47%, essas nove áreas metropolitanas e o Distrito Federal tiveram 3,9% ao ano. Recife e Rio de Janeiro tiveram taxa de crescimento inferior. Destaque-se, ainda, que o aumento absoluto de população foi de quase 2 milhões de pessoas para o Rio de Janeiro. Curitiba, com crescimento um pouco inferior à média das áreas metropolitanas, teve, entretanto, uma taxa de aumento populacional bem superior à média nacional, exatamente por ter atraído, em função dos empreendimentos urbanos e industriais, boa parte da população que saía das áreas principalmente agrícolas do Paraná e mesmo dos pequenos centros urbanos. (Tabela: Dinâmica Populacional das Áreas Metropolitanas Brasileiras. 1970 - 80; Figura: Brasil - Tendência das Migrações Internas - 1988; Tabela: População das Regiões Metropolitanas e do Distrito Federal - 1991).

Tabela
Dinâmica Populacional das Áreas Metropolitanas Brasileiras
e do Distrito Federal - 1970 - 80

ÁREAS METROPOLITANAS	População 1970	População 1980	Aumento Absoluto	% sobre Aumento País	Taxa Cresc Anual	Migração Líquida	Crescimento Vegetativo
Belém	656.351	1.000.357	344.006	1,33	4,30	+ 100.128	243.878
Fortaleza	1.038.041	1.581.457	543.416	2,11	4,30	+ 225.200	318.216
Recife	1.792.688	2.346.196	553.508	2,14	2,73	+ 3.952	549.556
Salvador	1.148.828	1.766.075	617.247	2,39	4,39	+ 231.117	386.130
Belo Horizonte	1.605.663	2.534.576	928.913	3,60	4,67	+ 440.772	488.141
Rio de Janeiro	7.082.404	9.018.961	1.936.557	7,50	2,47	+ 710.026	1.226.531
São Paulo	8.137.401	12.578.045	4.440.644	17,21	4,45	+2.765.072	1.675.572
Curitiba	820.766	1.441.743	620.977	2,41	5,80	+ 386.849	234.128
Porto Alegre	1.531.164	2.232.370	701.202	2,72	3,84	+ 399.390	301.812
Distrito Federal	538.351	1.176.748	638.397	2,47	8,13	+ 454.458	183.939
TOTAL	24.351.657	35.676.528	11.324.867	43,88%	3,89	+ 5.716.964	5.607.903
BRASIL	93.215.311	119.024.600	25.809.289	100,00%	2,47	-	25.809.289

Fonte: Resultados Preliminares do Censo 1980 - FIBGE

In Martine, G. 1981 - Notas sobre os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1980 (mimeo)

O Distrito Federal, em relação às áreas metropolitanas, foi o que apresentou a maior taxa de crescimento – 8,13% ao ano. As explicações desse incremento residem tanto no fato de que a área continua sendo bastante dinâmica como no fato de sediar a Capital Federal.

Surpreendente, em todos os sentidos, foi o crescimento numérico tanto da área metropolitana de São

Paulo como da própria cidade. Em 1980, das 11.300.000 pessoas a mais existentes em relação a 1970, nas áreas metropolitanas, mais o Distrito Federal, São Paulo assumiu a responsabilidade de 4.400.000 pessoas. As causas já foram expressas no decorrer do trabalho, mas convém recuperar que elas residem muito provavelmente na concentração progressiva de investimentos e atividades econômicas.

BRASIL
POPULAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS
E DO DISTRITO FEDERAL – 1991

Regiões Metropolitanas	1991
Belém	1 334 460
Fortaleza	2 292 524
Recife	2 859 469
Salvador	2 472 131
Belo Horizonte	3 461 905
Rio de Janeiro	9 600 528
São Paulo	15 199 423
Curitiba	1 975 624
Porto Alegre	3 015 960
Distrito Federal	1 596 274
BRASIL	146 326 159

FONTE: FIBGE, Censo Demográfico - 1991
(resultados preliminares)

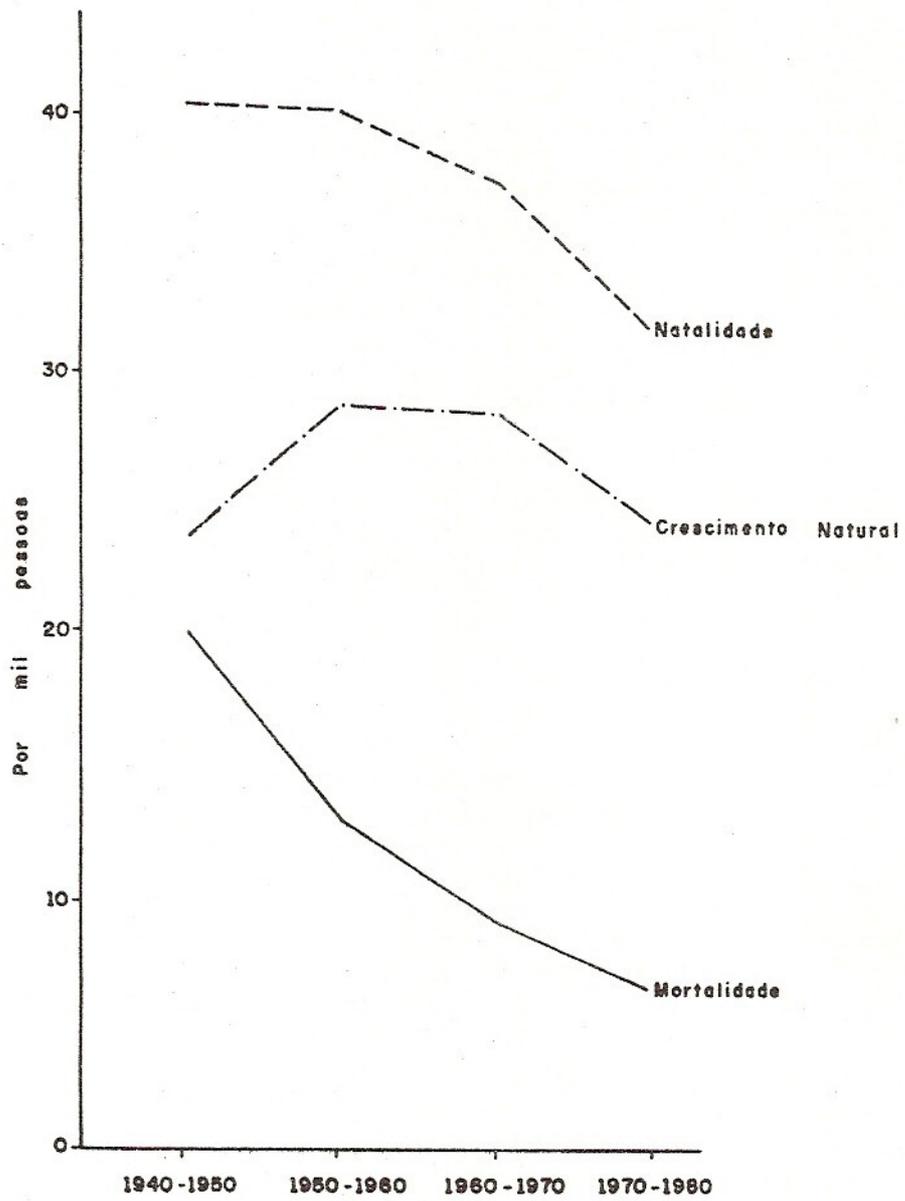
Merece referência ainda o caso dos migrantes intra-urbanos, fenômeno que ocorre em praticamente todas as cidades, mas que é mais evidente nos grandes centros e que se tem acelerado nos últimos anos, em função das menores oportunidades de trabalho e do próprio rebaixamento dos salários. As favelas e os cortiços deixaram de ser "privilégio" dos desocupados, dos marginais, para se transformarem em local de residência da população trabalhadora, engajada no mercado formal ou informal. Destaca-se ainda o fato de que ambos não mais ocorrem só nos locais mais centrais ou de fácil acesso, mas estendem-se também por toda a periferia. Nesse caso, em função da renda da terra urbana,

toda a população de baixa renda é empurrada cada vez mais para a periferia mais remota, sem as mínimas condições de infra-estrutura (Rodrigues, 1988).

No conjunto do território nacional, apesar de o movimento migratório ter sido intenso, o peso representado pela migração internacional foi inexpressivo.

A procissão dos descontentes tem aumentado significativamente. As notícias veiculadas pela imprensa falada e escrita indicam um deslocamento cada vez maior de pessoas à procura de trabalho no Exterior. De Minas Gerais – em especial de Governador Valadares -

BRASIL

NATALIDADE, MORTALIDADE E CRESCIMENTO NATURAL
1940 - 1980

Fonte: FIBGE, in Martine e Camargo, 1984.

Org.: Rossini, Simielli, Real

Ricardo - USP/92

tem partido volume significativo de pessoas para os Estados Unidos. Dos Estados do Sudeste o fluxo maior tem sido à Europa. Há predomínio de migrantes com baixa escolaridade e pouca especialização. Muitos, após meses de procura de emprego sem sucesso, forçam a repatriação; outros, mais afortunados, conseguem fazer seu "pé-de-meia" e voltam "ricos" ou fixam residência definitiva no exterior. Os profissionais liberais parecem ter mais sorte em Portugal (dentistas). O volume, embora sem expressão, denota insatisfação em relação à situação geral do país. Conclui-se, portanto, que o aumento populacional, na sua quase totalidade, se deve ao crescimento vegetativo bastante alto de boa parte da população brasileira.

Considerando que o país conheceu um decréscimo no ritmo de crescimento a partir das últimas déca-

das e que este foi devido à reversão no comportamento reprodutivo da sociedade brasileira, convém analisar como se procedeu esta dinâmica.

TENDÊNCIA ATUAL DOS COMPONENTES DO CRESCIMENTO POPULACIONAL

Só a partir da década de 40 é que o Brasil se equipou melhor, do ponto de vista das informações, para fornecer dados mais precisos a respeito dos componentes de seu crescimento (Figura: Brasil – Natalidade, Mortalidade e Crescimento Natural – 1940 – 1980; Tabela: Brasil – Decomposição da Taxa Média de Crescimento Anual da População – 1940-1980).

Brasil
Decomposição da taxa média de crescimento anual da população
1940-1980

Intervalo	Taxa Bruta de Natalidade (N) % o	Taxa Bruta de Mortalidade (M) % o	Crescimento Natural (N-M) % o	Migração Líquida (I) % o	Crescimento Total (N-M + I) % o
1940-1950	44,4	20,6	23,8	0,04	23,7
1950-1960	43,3	13,4	29,0	0,09	29,9
1960-1970	37,7	9,6	28,9	-	28,3
1970-1980	32,1	7,2	24,9	-	24,9

Fonte: IBGE – Diretoria Técnica. Departamento de Estudos de População (DESPO)

In: Martine, G. e Camargo, L., Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Vol. no 1/2, jan/dez - 1984 p. 102.

Diminuição relativa da Mortalidade.

A queda acentuada da mortalidade provocou modificação substancial no resultado do crescimento total da população brasileira, posto que o componente imigratório tem sido irrelevante numérica e relativamente. Não se torna necessário ressaltar que isso se deveu mais ao avanço da medicina etc., do que a melhoria da qualidade de vida e de saúde da população em geral.

A taxa bruta de mortalidade vem decrescendo desde 1870. Nesta época situava-se em torno de 28%o,

e antes de 1940 era de 25%o. Conforme a tabela, na década de 1940 foi de 20,6%o e em 1970-80 chegou-se a 7,2%o.

Além dos fatores acima mencionados, que ajudam a justificar a diminuição da mortalidade, há que se ressaltar também a medicina previdenciária, o controle de epidemias e endemias, as vacinações compulsórias (sarampo, meningite, catapora), melhoria no atendimento de água tratada, etc., que foram determinantes para a diminuição da mortalidade geral e infantil (Tabela: Bra-

sil - Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil - 1940-1980).

Brasil, a cada 1000 nascidos vivos, 109 morrem antes de completar o primeiro ano de idade, enquanto que na América do Norte esta taxa é de 15.

Continua, porém, sendo alta a mortalidade infantil. Segundo dados de 1975 das Nações Unidas para o

Brasil
Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil
1940 - 1980

Regiões	1940	1950	1960	1970	1980
Norte	–	171,6	122,0	67,1	100,0
Nordeste	–	206,9	183,6	149,3	130,0
Sudeste	–	99,9	67,7	83,5	67,0
Sul	–	130,6	107,7	77,1	55,1
Centro-Oeste	–	126,8	104,1	80,3	85,0
Brasil	164,0	136,6	105,2	92,0	87,3

Fonte: Anuário de Bioestatística (Ministério da Educação e Saúde) 1950/51; Anuário Estatístico do Brasil (IBGE) 1950/1978; Ministério da Saúde - Secretaria de Planejamento - Núcleo de Informática; Secretarias Estaduais de Estatística. In Martine, G. e Camargo, L. 1984.

Para boa parte da população, no caso da população carente, falta a medicina preventiva e curativa, que deixa de ser um direito inalienável do cidadão, para ser privilégio de poucos. Falta de atendimento médico aliada a fome endêmica configuram os fatores principais responsáveis pelos altos riscos de morte, especialmente no primeiro ano de vida.

Conforme já referido, a queda dos índices de mortalidade é devida, fundamentalmente, ao controle das doenças infecciosas e parasitárias (Tabela: Brasil e Estado de São Paulo – Esperança de Vida ao Nascer - 1940 - 1980).

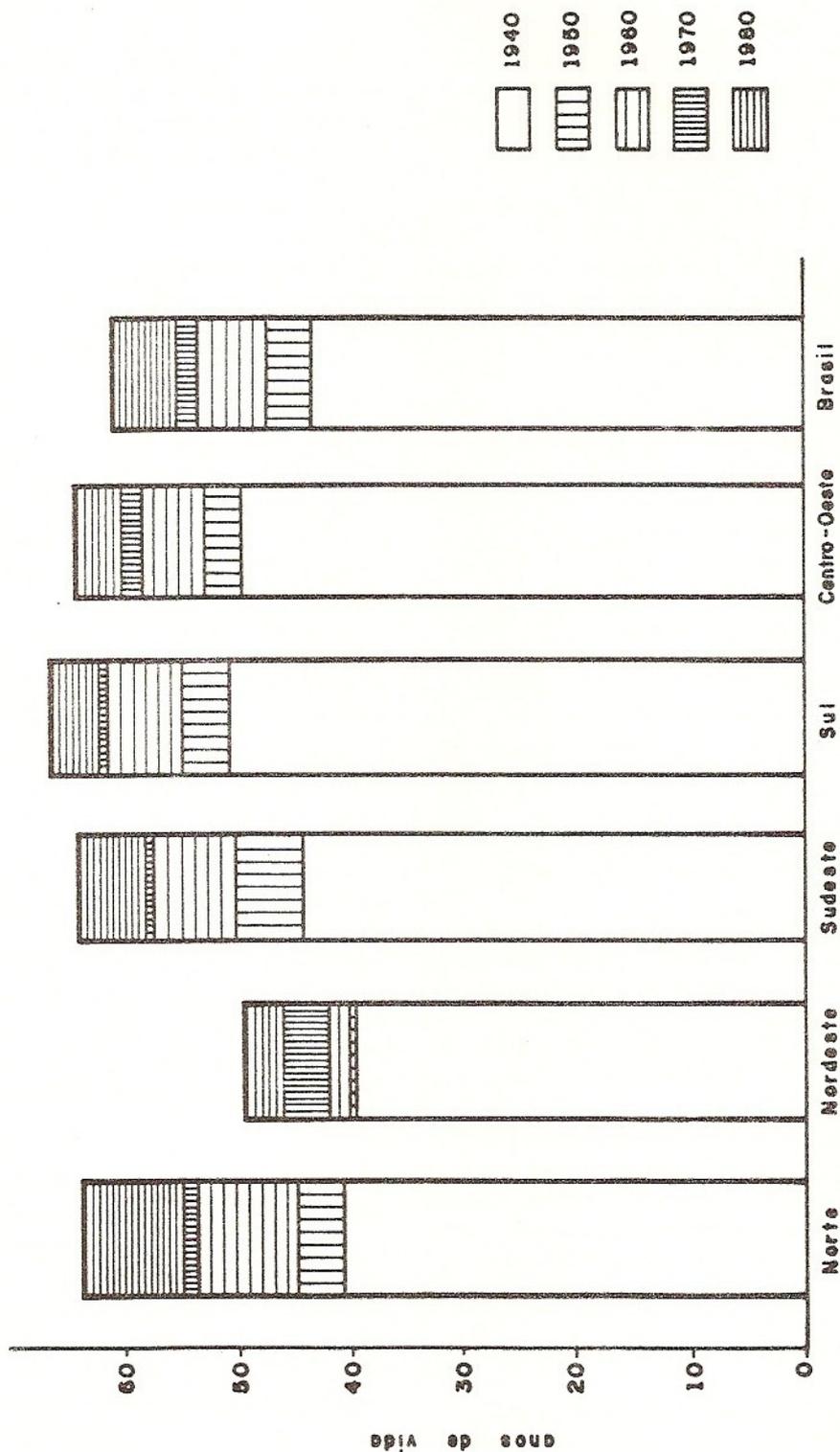
TABELA
BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER
1940 - 1980

(ANOS DE VIDA)

ANO	BRASIL	ESTADO DE SÃO PAULO
1940	41,53	45,37
1950	45,51	54,20
1960	51,54	61,21
1970	53,46	62,64
1980	59,09	66,67

FONTE: Fundação IBGE
Anuário Estatístico do Brasil, 1982

**BRASIL
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER
SEGUNDO AS REGIÕES
1940 - 1980**



Fonte: FIBGE; in Martins e Camargo, 1984.

Org.: Rocchini, Simielli, Reel

Aumento da esperança de vida

A esperança de vida do brasileiro, apesar da taxa de mortalidade geral e infantil serem altas e decrescentes, vem aumentando substancialmente. De 1940 para 1980 aumentou em mais de 40% (41,53 anos e 59,09

anos, respectivamente) (Figura: Brasil - Esperança de Vida ao Nascer, Segundo as Regiões - 1940-1980; Tabela: Brasil - Estimativa da esperança de vida ao nascer para anos anteriores e próximos aos anos censitários - 1940-1980).

Brasil
Estimativa da esperança de vida ao nascer para
anos anteriores e próximos aos anos censitários
1940 - 1980

Regiões	1940	1950	1960	1970	1980
Norte	40,70	44,87	53,56	54,74	63,61
Nordeste	38,76	8,96	1,06	45,55	49,00
Sudeste	43,58	49,08	56,79	57,38	63,59
Sul	49,61	53,47	60,43	60,74	65,54
Centro-Oeste	48,13	51,19	56,91	58,91	63,09
Brasil	41,53	45,51	51,64	53,46	59,09

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1982, Diretoria Técnica(DESPO)
In Martine, G. e Camargo, L., 1984

A mais expressiva melhoria da esperança de vida ao nascer é encontrada na região Norte do país, área de recente penetração de ocupação e expansão acelerada do capitalismo. Até muito pouco tempo, o acesso para boa parte da área era feito via navegação fluvial ou por avião. Hoje, embora as rodovias cortem muito pouco a área, ela foi bastante integrada ao conjunto nacional e se tornou locus da expansão do capitalismo internacional e nacional.

Nesta última década, foi a área que mais recebeu relativamente contingente nacional, especialmente em Rondônia, fruto da expansão da fronteira agrícola. Se de um lado é área de ocupação por parte do grande capital e mesmo de pequenos proprietários e posseiros, por outro é área dos maiores conflitos de terra e, em especial, envolvendo o índio, que tem paulatinamente perdido terras ou vem sendo dizimado pelo "conquistador".

Diminuição da taxa bruta de natalidade

A taxa bruta de natalidade, juntamente com a de mortalidade servem como primeira informação para aferir o crescimento populacional.

A taxa de natalidade, 1930-40, era de 47,2‰ e passa para 32,1‰ em 1970-80.

Esse decréscimo não é específico do caso brasileiro, é um fenômeno mundial. No país, esse comportamento é diferente de uma área para outra. Essa taxa bruta variou de 52,7‰ na Bahia para 30‰ no Rio de Janeiro em 1960-70 (Carvalho, 1974).

Acentuada tendência de queda da Fecundidade

Dentre as variáveis demográficas, é a fecundidade que mais sensivelmente faz sentir seus efeitos sobre a

população e é a variação de seu nível que define fundamentalmente a distribuição etária da população. As taxas de fecundidade que medem com maior precisão do que aquelas de natalidade os diferenciais no comporta-

mento reprodutivo (Tabela: Brasil e Grandes Regiões. Taxas de Fecundidade Total, segundo domicílios urbano e rural da população - 1960/70 e 1970/80).

Brasil e Grandes Regiões
Taxas de fecundidade Total, segundo domicílios
urbano e rural da população - 1960-70 e 1970-80.

REGIÕES	TFT	1960-1970 (A)	1970-1980 (B)	B/A
TOTAL BRASIL				
		5,76	4,35	0,75
Norte		8,15	6,45	0,79
Nordeste		7,53	6,13	0,81
Sudeste		4,56	3,45	0,75
Sul		5,42	3,63	0,66
Centro - Oeste		6,42	4,51	0,70
URBANA TOTAL				
		4,54	3,63	0,79
Norte		6,62	5,24	0,79
Nordeste		6,44	4,94	0,76
Sudeste		3,83	3,17	0,83
Sul		4,06	3,63	0,89
Centro - Oeste		5,31	4,51	0,85
RURAL TOTAL				
		7,72	6,40	0,82
Norte		9,59	8,05	0,84
Nordeste		8,45	7,65	0,90
Sudeste		7,14	5,46	0,76
Sul		6,86	4,55	0,66
Centro - Oeste		7,71	5,98	0,77

Fonte: IBGE. DESPO in Martine, G. e Camargo, L., 1984

Sem nenhuma exceção, todas as regiões brasileiras, tanto na área rural como na área urbana, sofreram diminuição na taxa de fecundidade.

De modo geral, esses números refletem, com maior ou menor intensidade, os padrões de modernização e as taxas de urbanização. Nas áreas cujo desenvolvimento sócio-econômico e urbano são menores, as taxas de fecundidade são maiores, como no caso do Norte do País, para as duas décadas. O sudeste, onde

grande peso pode ser imputado a São Paulo, centro dinâmico do país, apresenta as mais baixas taxas de fecundidade geral, juntamente com os Estados do Sul do País.

O Sudeste urbano experimentou a mais baixa queda no período. Explica-se claramente este fato justamente porque esta área já vinha demonstrando uma tendência à queda, anterior a 1970, justificando, portanto, decréscimos menos substanciais.

Alguns fatores devem ser levantados para ajudar a explicação dessa queda acentuada da fecundidade no Brasil. Não se pode, entretanto, considerá-los como conclusivos.

A idade média ao casar, em torno dos 23 anos, tem-se mantido relativamente estável nas últimas décadas. Mostra-se bem inferior, entretanto, quando comparada com as dos países mais industrializados.

Mesmo não dispondo de dados sistematizados atuais, pode-se, com toda a segurança, informar que as mulheres que habitam no meio rural têm uniões mais precoces que aquelas residentes nas áreas urbanas e que mais alto índice de escolarização é também fator preponderante para a realização mais tardia dos casamentos.

Assim sendo, a maior possibilidade de acesso à escola, aliada ao maior índice de escolarização, juntamente com o aumento da penetração mais intensa de formas capitalistas de produção nas áreas rurais e urbanas, bem como o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho têm retardado tanto para os homens como para as mulheres a idade ao casar. Isto evi-

dentemente vai provocar e acelerar esta tendência da queda da fecundidade.

Esta declinante queda da fecundidade, por exemplo, na Região Sudeste do país, pode também estar vinculada a uma interpretação que se baseia nos efeitos das transformações sócio-econômicas características dessa última década. A queda relativa dos salários, a difusão dos valores de consumo, o mais fácil acesso aos métodos anticoncepcionais, a monetarização acentuada das relações sociais em geral levam à maior predisposição à redução da prole.

Embora haja uma diminuição considerável da fecundidade, ela é mais expressiva em relação àquela faixa da população que recebe mais baixos salários, ou melhor, aquela que está no nível da miséria. Para as outras classes de renda, provavelmente devido ao processo de monetarização das relações de trabalho, houve até insignificantes aumentos (Oliveira, 1984); (Tabela: Região Sudeste - Taxa de Fecundidade Total, segundo classes de rendimento familiar per capita e situação do domicílio - 1970/80).

REGIÃO SUDESTE
Taxa de Fecundidade Total, segundo classes de
rendimento familiar per capita e situação do
domicílio - 1970/1980

Situação do Domicílio e Classes de Rendimento per capita. (Salário Mínimo)	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL									
	Região Sudeste 1970 - 1980		Minas Gerais 1970 - 1980		Esp. Santo 1970 - 1980		Rio de Janeiro 1970 - 1980		São Paulo 1970 - 1980	
TOTAL										
até 1/4 S.M.	7,94	6,43	8,86	7,05	7,65	6,80	7,96	5,77	7,40	5,91
1/4 a 1/2 S.M.	4,75	5,07	4,85	4,94	4,89	5,05	4,64	4,65	4,70	5,54
1/2 a 1 S.M.	3,20	3,52	2,95	3,28	2,12	3,26	3,06	3,13	3,28	3,79
mais de 1 S.M.	2,05	2,18	2,26	2,47	2,11	2,42	1,87	1,84	2,05	2,21
URBANO										
até 1/4 S.M.	7,27	5,79	7,84	6,32	6,77	6,56	7,39	5,48	7,12	5,41
1/4 a 1/2 S.M.	4,78	5,13	4,88	4,95	5,51	5,12	4,57	4,69	4,88	5,67
1/2 a 1 S.M.	3,19	3,53	2,97	3,29	2,30	3,23	3,04	3,13	3,33	3,85
mais de 1 S.M.	2,01	2,15	2,16	2,42	2,33	2,37	1,85	1,82	2,04	2,20
RURAL										
até 1/4 S.M.	8,83	7,44	9,58	7,78	7,93	7,06	9,70	6,82	7,89	7,10
1/4 a 1/2 S.M.	4,31	5,02	4,41	4,95	3,94	4,97	5,35	4,48	3,81	5,32
1/2 a 1 S.M.	2,65	3,29	2,83	3,12	-	3,44	3,12	3,32	2,49	3,34
mais de 1 S.M.	2,34	2,61	2,70	2,77	-	2,84	3,04	2,54	2,01	2,43

Fonte: IBGE - Tabulações Especiais dos Censos Demográficos 1970 - 1980 in Oliveira, L.A.P., 1984

Ressalta-se que a proporção da população economicamente ativa (PEA) percebendo até um salário mínimo, no Brasil, em 1980, é de 34,2%; no Sudeste este número caiu para 22,7% enquanto que 11,7% em 1980, no Brasil e 15,5% no Sudeste do país recebiam mais de 05 salários mínimos. São entretanto majoritários os contingentes de baixa remuneração: 64,5% da PEA no Brasil e 56% no Sudeste, em 1980, recebiam até 2 salários mínimos (Oliveira, 1984).

Convém destacar que está havendo um crescente aumento da participação da mulher e da criança no mercado de trabalho, bem como acentuado crescimento do número de horas semanais de trabalho para garantir a sobrevivência da família. Há também um aumento crescente de número de pessoas ingressando no mercado informal da economia.

As importantes mudanças quantitativas e qualitativas nas atividades são expressas tanto pela procura de técnicos e especialistas de nível médio e superior como pela procura de força de trabalho assalariado de baixa remuneração no mercado. Esse último, em função do processo migratório, tem acelerado o aumento considerável de excedentes populacionais, principalmente para a população de baixa renda, influenciando nos padrões de comportamento social e demográfico da população.

Outro fator a ser considerado, embora pouco significativo, não só pela omissão das informações estatísticas como pelo fato de ter-se mantido relativamente estável, é a percentagem de mulheres solteiras (37%).

A GRANDE IMPORTÂNCIA DOS ABORTOS E DO USO DE MÉTODOS ANTICONCEPCIONAIS, INTERFERINDO NA QUEDA DA FECUNDIDADE

Algumas pesquisas têm demonstrado que a taxa de aborto é bastante alta. Deve-se, entretanto, esclarecer que o movimento pró liberação do aborto tem sido grande, pois que, por ocorrer o mesmo de forma clandestina, os riscos para as mulheres são bastante graves.

Estudos feitos com informações obtidas em hospitais não revelam a intensidade da ocorrência, posto que o atendimento se restringe à chamada gestação de alto risco e a problemas que necessitam de atendimento imediato por terem ocorrido complicações e infecções pós-aborto.

Trabalho realizado em 1965 em São Paulo, tendo por base pesquisa direta, demonstrou que o índice de aborto por 100 gestações era de 17,9 em mulheres casadas – inclusive uniões consensuais – 15-49 anos (Berquó, 1977).

Já no Rio Grande do Norte, o mesmo índice, com informações para 1980, apresentou resultados de 8,7 (Rodrigues e outros, 1982). Esta última informação deve ser vista com certo cuidado por tratar-se de pesquisa elaborada pela BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil), órgão financiado por organismos internacionais de planejamento familiar, e que trabalha com base em informações de mulheres vinculadas ao controle para planejamento.

A disseminação acentuada do uso da pílula anticoncepcional, que ocorreu em 1965 no Brasil, possibilitou a difusão de seu consumo por toda a população e em todas as classes de renda, inclusive nas áreas rurais.

Acresce-se ao uso dos meios anticoncepcionais o aumento considerável da esterilização feminina. Este último tem atingido de forma mais intensa a população feminina, com nível mais baixo de instrução.

Camargo sintetiza muito bem a postura ambígua do governo brasileiro do ponto de vista das políticas populacionais. Se de um lado o Governo mantinha a postura natalista, de ocupação de grandes espaços vazios, especialmente após o golpe de 1964, sob o autoritarismo militar, de outro, as atitudes demonstram a tendência controlista.

Em 1974, na Conferência de Bucareste, "a delegação brasileira já aceitava a liberdade de informação e a decisão dos casais a respeito do número desejável de filhos e da utilização dos meios anticoncepcionais". Na década anterior, o país permitiu a atuação da BEMFAM (Associação Brasileira para o Bem Estar Familiar) e de outras instituições menores voltadas para o planejamento familiar. Deve-se deixar bem claro que o objetivo destas instituições é o de controle populacional. Isto se torna bastante evidente quando, na década de 70, a BEMFAM viu-se liberada para estabelecer convênios em vários Estados, especialmente do Nordeste do país, envolvendo instâncias públicas com objetivos de controle populacional (Camargo, 1982). Concluiu-se, portanto, que há uma clara evidência por parte dos po-

deres públicos em legitimar a implantação de projetos de planejamento familiar com objetivos puramente controlistas, (onde se inclui a esterilização irreversível), deixando de lado o principal aspecto a ser considerado, que é o da decisão do casal em relação a sua prole.

A questão, entretanto, não deve ser colocada em relação ao tamanho da família ou se a queda da fecundidade no país é um fenômeno político. Na realidade o que deveria ser pensado é a questão da melhor distribuição da renda. Esse é realmente um problema quando se toma consciência de que boa parte da população brasileira recebe menos de um salário mínimo (Salário mínimo mensal em maio de 1993, no país é inferior a 80 dólares).

Vários estudos têm sido feitos com o objetivo de apontar os fatores que explicam a queda acentuada da fecundidade, de modo particular, nas duas últimas décadas, embora as evidências demonstrem que no período 1968-74 houve um efetivo crescimento econômico. Em tese não se explicaria a queda posto que o próprio Nordeste do país assistiu, no período 1960-80, a uma "taxa anual de crescimento do produto praticamente semelhante ao do Brasil (7,2 e 7,3%, respectivamente). Apesar de significativo, foi concentrador e insignificante para diminuir os diferenciais acumulados historicamente e elevar substancialmente a qualidade de vida dos estratos mais carentes da população da Região. Portanto, considerando o crescimento da Região apenas razoável, como explicar o notável declínio de 20% na TFT, sendo 24% a nível urbano e 10% a nível rural na última década (70-80)"? (Martine, G. e Camargo, L., 1984, p.108).

O crescimento econômico não seria, portanto, o fator principal a justificar essa tendência de queda da fecundidade e, segundo Carvalho e outros, ela poderia ser atribuída a uma conjugação de fatores, tanto de ordem estrutural – aumento da proletarização –, como de ordem cíclica – queda do padrão de vida de uma grande parte da população (Carvalho e outros, 1984). Neste trabalho os pesquisadores argumentam que esse intenso processo de proletarização teria levado a um crescente aumento dos custos para sua sobrevivência, tais como a

necessidade de compra de produtos alimentares que antes eram produzidos por eles, o pagamento da habitação e mesmo de transporte, para não dizer água, luz, etc, etc. Ao mesmo tempo há uma queda relativa dos salários devido ao alto processo inflacionário pelo qual passa o país. Só recentemente há uma tentativa de reposição desses salários. Caso se mantenha esta reposição o trabalhador poderá, a longo prazo, reconquistar seu magro poder de compra que possuía em 1978.

Podemos, portanto, pensar que os fatores acima mencionados, juntamente com aqueles ligados ao aumento do aborto e das práticas anticoncepcionais seriam parte das explicações para essa que acentuada da fecundidade. Para esse último cabe papel de destaque, de um lado através das políticas de população explícitas ou implícitas do Governo e, de outro, dos próprios meios de comunicação, bem como da penetração cada vez mais agressiva das indústrias farmacêuticas, neste setor, no Brasil.

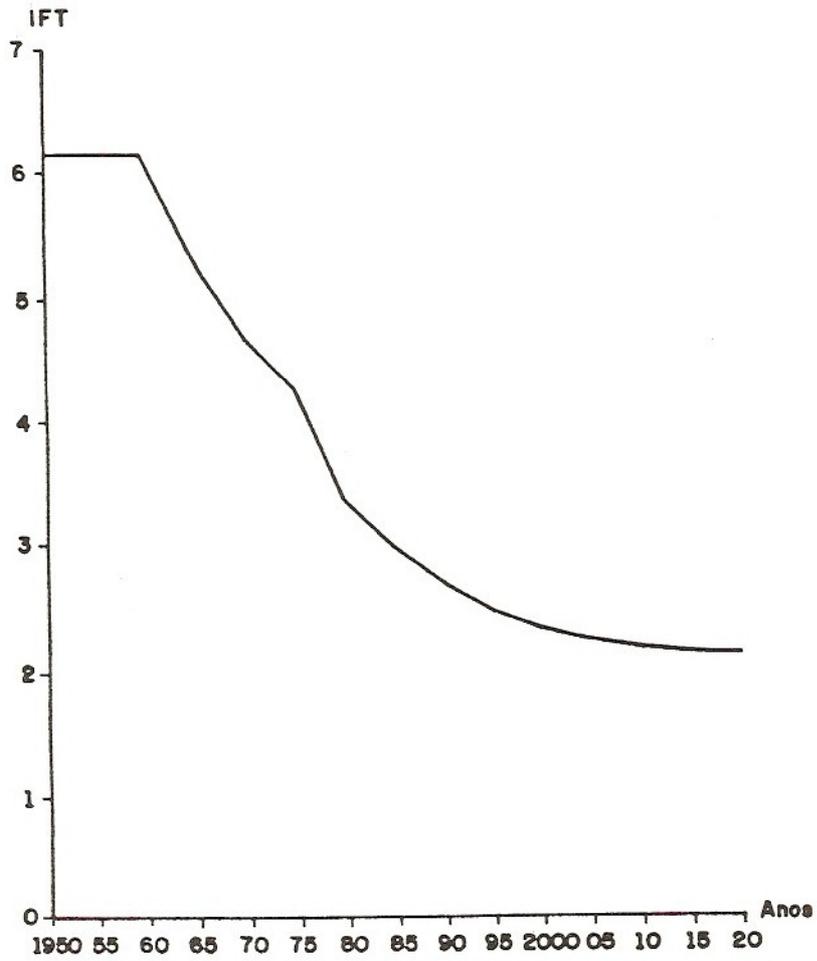
Cabe destacar que a televisão, hoje bastante difundida e assistida por todas as camadas da população, através da propaganda dos produtos contidos no "mercado das ilusões", incentiva cada vez mais a compra de mercadorias – as vitrinas, painéis publicitários, etc dão a esperança para aqueles que só podem consumir os produtos na fantasia. Anexam-se a ela os outros meios de comunicação como jornais, revistas, rádio, etc, que transmitem valores que incluem, além do consumismo, propaganda explícita do planejamento familiar onde o ideal da família é o daquela constituída por uma prole pequena, isto é, de 02 filhos. Nesse sentido, a população tende a construir essa imagem de reprodução em termos de suas próprias estratégias de sobrevivência e de sua reposição enquanto força de trabalho, cuja demanda acaba sendo regulada independentemente de sua vontade (Tabela: Brasil: Resultados Comparativos. População Residente e Taxas Médias Geométricas Anuais de Crescimento, nos Recenseamentos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980 segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação).

Brasil
RESULTADOS COMPARATIVOS
POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS ANUAIS DE CRESCIMENTO, NOS RECENSEAMENTOS DE
1940,1950,1960,1970 e 1980 SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

GRANDES REGIÕES e UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE					TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS (100 hab)			
	1º/09/40	1º/07/50	1º/09/60	1º/09/70	1º/09/80	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980
BRASIL	41.165.289	51.941.767	70.070.457	93.139.037	119.070.865	2.39	2.99	2.89	2.49
NORTE	1.461.787	1.834.185	2.561.782	3.603.860	5.885.536	2.33	3.34	3.47	5.03
Rondônia	—	37.173	69.792	111.064	490.153	—	6.39	4.76	16.00
Acre	79.744	114.788	158.184	215.299	302.662	3.77	3.20	3.13	3.45
Amazonas	437.268	607.628	708.459	955.235	1.427.784	1.53	3.33	3.03	4.10
Roraima	—	17.834	28.304	40.885	79.407	—	4.65	3.75	6.06
Pará	944.775	1.119.790	1.529.293	2.167.018	3.410.088	1.74	3.11	3.55	4.64
Amapá	—	36.972	67.750	114.359	175.442	—	6.14	5.37	4.37
NORDESTE	14.426.185	17.992.094	22.181.880	28.111.927	34.855.469	3.27	2.08	2.40	2.17
Maranhão	1.231.955	1.577.838	2.469.447	2.992.686	4.000.083	2.55	4.50	1.91	2.91
Piauí	816.796	1.047.192	1.242.136	1.600.573	2.138.790	2.56	1.69	3.07	2.44
Ceará	2.092.301	2.706.611	3.296.366	4.361.603	5.297.750	2.65	1.96	2.84	1.96
Rio Grande do Norte	766.516	970.340	1.145.502	1.550.244	1.901.745	2.43	1.65	3.07	2.06
Paraíba	1.423.165	1.717.160	2.000.851	2.382.617	2.769.521	1.93	1.52	1.76	1.52
Pernambuco	2.681.032	3.395.099	4.095.379	5.160.640	6.147.080	2.43	1.86	2.34	1.76
Alagoas	950.158	1.094.845	1.258.107	1.508.109	1.989.703	1.45	1.38	2.36	2.28
Fernando de Noronha	—	628	1.389	1.241	1.323	—	8.12	1.12	0.64
Sergipe	542.579	644.255	752.256	900.744	1.136.951	1.76	1.54	1.82	2.36
Bahia	3.921.683	4.838.110	5.920.447	7.493.470	9.472.523	2.16	2.01	2.38	2.37
SUDESTE	18.304.317	22.549.728	30.630.728	39.853.498	51.746.318	2.14	3.06	2.67	2.65
Minas Gerais	6.756.395	7.797.133	9.807.657	11.407.415	13.389.605	1.47	2.28	1.59	1.54
Espírito Santo	790.420	957.072	1.403.052	1.599.333	2.019.877	1.96	3.83	1.32	2.36
Rio de Janeiro	3.596.186	4.667.270	6.610.748	8.994.802	11.300.665	2.69	3.48	3.13	2.31
São Paulo	7.161.316	9.127.911	12.809.231	17.771.948	25.036.171	2.50	3.39	3.33	3.49
SUL	5.722.018	7.835.418	11.753.075	16.496.493	19.038.935	3.25	4.07	3.45	1.44
Paraná	1.235.849	2.112.893	4.268.239	6.929.868	7.629.405	5.61	7.16	4.97	0.97
Santa Catarina	1.177.149	1.562.862	2.118.116	2.901.734	3.631.368	2.92	3.04	3.20	2.27
Rio Grande do Sul	3.309.020	4.159.663	5.366.720	6.664.891	7.778.162	2.35	2.54	2.19	1.56
CENTRO - OESTE	1.250.982	1.730.684	2.942.992	5.073.259	7.544.607	3.36	5.36	5.60	4.05
Mato Grosso do Sul	235.528	309.458	570.291	997.326	1.367.197	2.82	6.20	5.75	3.20
Mato Grosso	192.531	211.058	319.248	599.764	1.138.866	0.98	4.12	6.51	6.62
Goiás	822.923	1.209.368	1.913.289	2.938.677	3.864.629	3.99	4.62	4.38	2.78
Distrito Federal	—	—	140.164	537.492	1.173.915	—	—	14.39	8.13

FONTE: FIBGE

BRASIL
EVOLUÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL
1950 - 2020



Fonte:
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;
Nouper (1987), in - Fundação SEADE, 1990.

Ricardo - USP/92

A transição Demográfica Brasileira e as Repercussões na Estrutura Etária de População

A tendência à queda acentuada de fecundidade nos últimos anos tem levado os estudiosos da população a reverem suas projeções. Calculava-se que no ano 2000 a população brasileira atingiria 200 a 220 milhões de habitantes enquanto que estimativas mais recentes apontam um contingente populacional próximo de 172 milhões de habitantes.

A rapidez com que vem ocorrendo as transformações na dinâmica populacional tem levado a um questionamento às teorias e explicações "clássicas" da transição demográfica.

Embora sejam várias as explicações e interpretações, a teoria da transição demográfica postula mudanças de normas e valores que levam a um esforço de milhões de pessoas no sentido de controlar sua prole e na consequente queda da fecundidade. Esse esforço, no país, estaria vinculado à acentuados processos de industrialização, urbanização e diferenciação do processo de produção e consumo.

A teoria da transição tem uma validade, de certa forma, insuficiente para o Brasil pois a queda acentuada da fecundidade, conforme já descrito, tem alcance relativo dada as enormes disparidades regionais no quadro econômico e social do país. Nem todos os segmentos da população participaram das vantagens do crescimento nestas últimas décadas e portanto não deveriam, em tese, ter assistido a essa queda acentuada de seus padrões de fecundidade. Parece ter tido grande significado a atuação do Estado, o desenvolvimento e interveniência dos meios de comunicação de massa e a disseminação de métodos anticoncepcionais mais modernos e eficazes (Martine, 1984 - Fundação SEADE, 1990).

De forma bastante sintética pode-se dizer que a primeira etapa da transição demográfica – a natalidade permanece alta e a mortalidade inicia um descenso – parece ter ocorrido até o final da década de 60 deste século.

De 1940 a 1960 a estrutura etária da população brasileira não se alterou praticamente quando os menores de 15 anos correspondiam a cerca de 43%, os de 15 a 59 anos 52% e os de 60 anos ou mais 5% (Fundação SEADE, 1990).

A partir de 1960 a queda acentuada da fecundidade que apresentava em média 6 filhos por mulher passando no final da década para 5 filhos, incidindo basicamente no grupo etário de 0 a 4 anos no censo de 1970, e com diminuição das taxas de mortalidade levam a concluir que o que ocorreu entre 1940 e 1960 poderia ser definido como o final do que seria a primeira etapa da transição demográfica.

A esperança de vida ao nascer no período de 1940 a 60 teve ganho de 15 anos.

A segunda etapa – a mortalidade continua a cair e a natalidade inicia uma fase decrescente – se torna mais evidente a partir da década de 1960.

Será a partir do final deste século que as alterações demográficas ocorrerão de forma mais intensa quando a pirâmide etária apresentar os resultados dessa acentuada queda da fecundidade ocorrida a partir da década de 60 fazendo prever que a população de mais de 60 anos alcance o percentual de 15,1% da população do Brasil.

Cerca de 20 anos após o início da acentuação da queda da fecundidade o número médio de filhos por mulheres reduziu-se de 6,1 para 3,5 em 1984, podendo ser considerado como uma das quedas mais elevadas do mundo. O grupo etário de 0-14anos que em 1970 representava aproximadamente 42% da população diminuiu para 38,3% em 1980 enquanto que os adultos e idosos aumentaram. Segundo estimativas para o ano 2000 será o grupo de 15 a 59 anos que absorverá a perda relativa do grupo jovem chegando a 62% (Fundação SEADE, 1990).

O início da terceira etapa – a mortalidade e a natalidade se aproximam em níveis consideravelmente mais baixos – só deverá ocorrer após a metade do próximo século quando as taxas seriam em torno de zero, pois as estimativas apontam para 2020/25 uma taxa bruta de natalidade em torno de 16 por mil e de mortalidade por volta de 8 por mil o que significaria um crescimento populacional baixo.

No caso da mortalidade esta diminuição tem sua explicação fundamentalmente na melhoria dos sistemas de saneamento básico. A partir de 1940 os progressos da medicina permitiram melhor controle das doenças infecciosas. A descoberta do DDT e outros inseticidas

permitiram melhor controle dos insetos vetores das doenças. Acrescente-se ainda as alterações na política de saúde e o crescimento da política previdenciária.

Desta forma infere-se que a rápida queda da mortalidade vincula-se mais aos fatores anteriormente relacionados do que a transformação da sua organização social onde as disparidades regionais e sociais refletem, em grande medida, os padrões de concentração da renda (Martine, Camargo – 1984), (Fundação SEADE - 1990).

Dentre os fatores que atuaram na queda da fecundidade não resta dúvida que foram fundamentais para as mudanças no comportamento reprodutivo por camada social o que se vincula ao acesso aos meios de controle e a decisão dos casais a respeito do tamanho da prole. Alguns estudiosos consideram também que o processo de proletarianização teria aumentado o custo de subsistência de força de trabalho com a substituição de bens de consumo produzidos de forma doméstica por outros obtidos no mercado e a introdução de gastos anteriormente não consumidos tais como habitação, transporte, energia elétrica etc. Com repercussões na queda do padrão de vida (Martine e Camargo, 1984).

As mudanças no padrão reprodutivo da população brasileira redundam em alterações na composição etária. É inquestionável o envelhecimento da população do país com tendência de acentuação.

Esse envelhecimento a nível regional vincula-se não só ao comportamento das variáveis, mortalidade e fecundidade, mas também à migração interna. Essa últi-

ma tem enorme significação na conformação etária da população pois que é esse um fenômeno bastante seletivo quanto aos grupos etários.

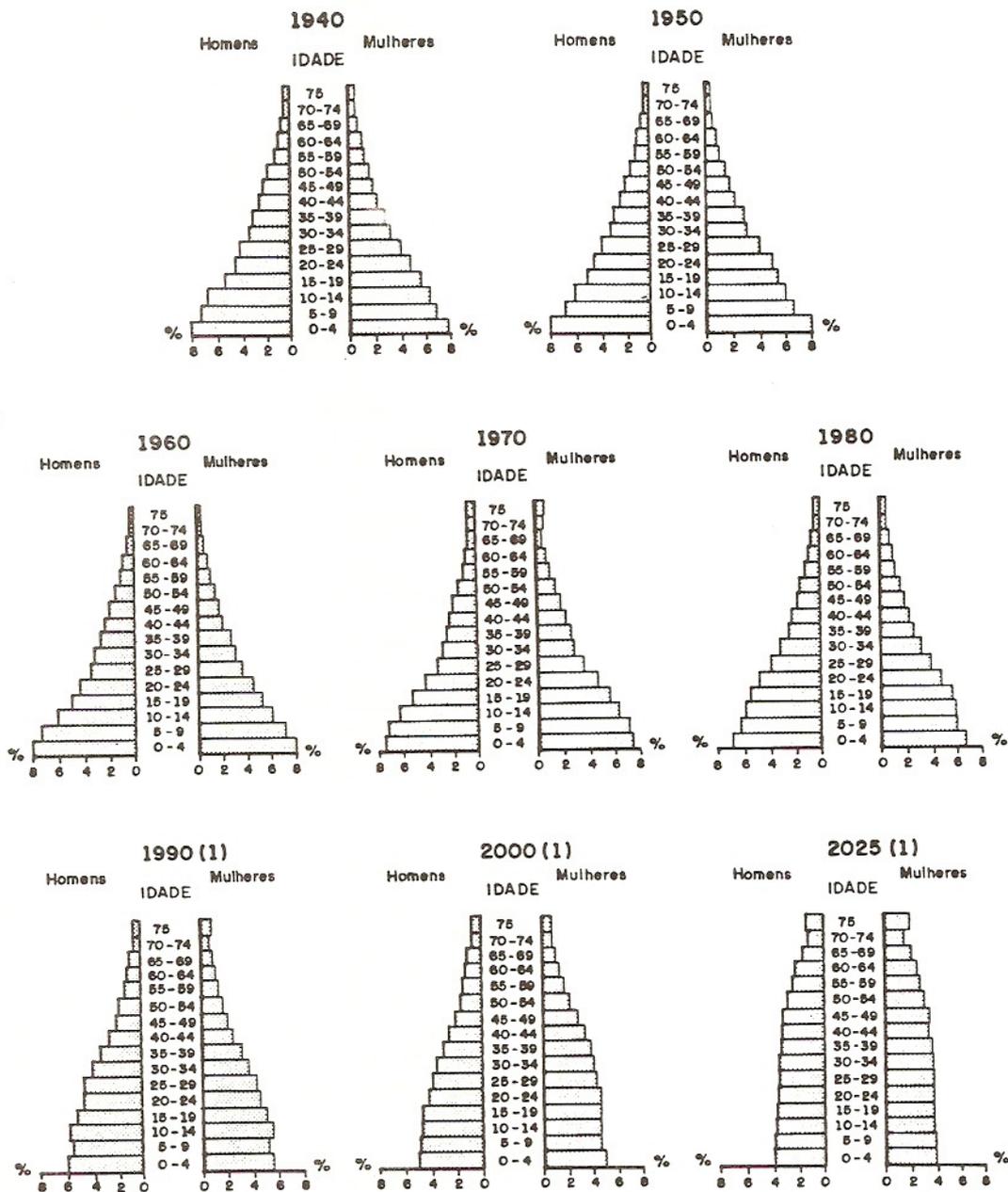
Segundo o censo de 1980, 40% da população brasileira morava fora de seu município de nascimento. Mais de 50% estava na faixa de 15 a 40 anos, assim a migração tende a rejuvenecer as áreas de destino ao mesmo tempo em que promove um envelhecimento nas áreas de saída.

A TENDÊNCIA DOS FATOS DEIXA-NOS ENTREVER O FUTURO

As modificações na estrutura etária devido às alterações tanto no comportamento reprodutivo da população, como pela diminuição da mortalidade e pela migração interna acarreta uma série de implicações para o planejamento do social.

A medida em que a população envelhece o custo global do seguro social tende a aumentar ao mesmo tempo em que vai exigir maior atendimento para as doenças cardiovasculares e congênitas e menor investimento no setor de obstetrícia, ginecologia e puericultura. Reduz também o ritmo de construções escolares modificando o perfil das necessidades de educação (Tabela: Brasil – Evolução da População, Taxa de Crescimento Anual e Distribuição Etária – 1900 – 2025; Figuras: Brasil: Evolução da Taxa de Fecundidade Total 1950-2020); Brasil: Estrutura Etária da População 1940-2025; .

BRASIL
ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO
1940 - 2025



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Censos Demográficos Neupert (1987). in Fundação SEADE, 1990.
 (1) Estimativa

BRASIL
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO, TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL E DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA
1900 - 2025

Anos	População (Em 1.000 hab)	Taxa de Crescimento Anual (%)	Distribuição Etária (%)		
			0 a 14 Anos	15 a 59 Anos	60 Anos e Mais
1900....	18.200		44,4	52,3	3,3
		2,1			
1920....	27.500(1)		42,8	53,2	4,0
		2,0			
1940....	41.236(1)		42,5	53,4	4,1
		2,4			
1950....	51.944		41,9	53,9	4,2
		3,0			
1960....	70.119		42,7	52,6	4,7
		2,9			
1970....	93.139		42,1	52,8	5,1
		2,5			
1980....	119.099		38,2	55,7	6,1
		2,1			
1990....	147.291(2)		33,8	59,1	7,1
		1,6			
2000....	172.403(2)		29,5	62,2	8,3
		1,3			
2010....	195.469(2)		26,3	63,7	10,0
		1,0			
2025....	225.253(2)		22,9	62,0	15,1

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Neupert (1987).

(1) Dado retificado pelo IBGE

(2) População estimada.

Diminui a carga de dependência ao mesmo tempo em que se amplia o contingente da força de trabalho. A carga de dependência dos idosos é mais lenta e menos significativa embora o Estado deva pensar em atendimento específico a esta faixa fato que só agora no Brasil começa de forma incipiente a se pensar (Fundação SEADE, 1990; Martine e Camargo, 1984; Rossini, 1988).

O aumento do contingente na força de trabalho não elimina a necessidade de atenção à saúde da população brasileira devido às deficiências crônicas de nutrição. Há que se pensar numa avaliação da estrutura

produtiva para a própria organização social e econômica do país, pois de nada adiantaria aumentar a proporção da população na força de trabalho se o Estado não criar condições de geração de empregos e de preparo técnico profissional para enfrentar a modernidade que os tempos exigem.

O significado de uma população maior ou menor, de um ritmo de crescimento mais lento ou mais acelerado para o desenvolvimento do país e para a manutenção de uma boa qualidade de vida da sociedade não pode se ater, de forma isolada, dentro de uma perspectiva apenas populacional.

Uma política de população implica em um nível de abrangência muito maior por parte do Estado onde a distribuição espacial desta população deveria ocupar lugar de destaque. A articulação das atividades econômicas sobre o espaço constitui no fator precípua do planejamento.

Não resta dúvida que o planejamento da prole terá e deverá ser sempre um direito do cidadão e não uma decisão do Estado. A fome continuará a existir enquanto não houver melhor distribuição da renda qualquer que seja a taxa de crescimento populacional.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel C. de - 1982 - Redistribuição da População e das Atividades Econômicas no Espaço Brasileiro". in Anais do 3o. Encontro Nacional ABEP. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Aguas de São Pedro, S.P., p. 195-206.
- GRAHAM, Douglas H. e HOLANDA Fo, Sergio Buarque de - 1980. As migrações Inter-Regionais e Urbanas e o Crescimento Econômico do Brasil. in *Migração Interna: Textos Selecionados*. Tomo 2. Banco do Nordeste do Brasil S.A.. Fortaleza.
- JATENE, H. da S. - 1983 - Reabertura da fronteira sob controle: A colonização particular Dirigida na Amazonia. 4o. Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia, M.G..
- MARTINE, G. - 1981 - Notas sobre os resultados preliminares do censo demográfico de 1980. 14 p. (mimeo).
- MARTINE, G. e CAMARGO, L. - 1984 - Crescimento y distribuição da população brasileira: Tendências recentes. in *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Ano 1, no. 1, p. 94-144.
- MARTINS, J.S. - 1980 - Expropriação e Violência (a questão geopolítica no campo) Coleção Ciências Sociais. Hucitec. São Paulo.
- NEUPERT, R. F. - 1987 - Nova projeção da população brasileira: hipóteses baseadas em informações recentes. in Wong, L. R. (org.) et al. *Futuro da População Brasileira: projeções, previsões e técnicas*. Embu, ABEP.
- OLIVEIRA, L.A.P. - 1984 - A dinâmica demográfica da Região Sudeste e seus determinantes. in 4o. Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. São Paulo, p. 1-62.
- RODRIGUES, W. e outros - 1984 - Pesquisa sobre saúde materno-infantil e planejamento familiar. RG do Norte. 1980. Rio de Janeiro, -BENFAM.
- ROSSINI, Rosa Ester - 1988 - Geografia e Gênero-La mulher na lavoura canavieira Paulista. Tese de Livre Docência-USP, São Paulo.
- ROSSINI, Rosa Ester - 1987 - Dinâmica Atual do Processo Migratório no Brasil. *Emigrazione Europee e Papolo Brasiliano*. Roma. Centro Studi Emigrazione. p. 403-422.
- SINGER, P. - 1975 - *Economia Política da Urbanização*. Editora Brasiliense. CEBRAP. São Paulo.
- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SP) - 1990 - O Idoso na Grande São Paulo. Fundação SEADE. São Paulo.
- TASCHNER, S.P., e BOGUS, L.M. - 1986 - Mobilidade Espacial da População Brasileira: Aspectos e Tendências. in *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. vol. 3, no. 2, Julho/dez. 1986, p. 87-111.
- TASCHNER, S.P. e BOGUS, L.M. - 1984 - Redistribuição Espacial e fluxos migratórios nos anos 70. in Anais do 4o. Encontro da ABEP. Aguas de São Pedro. S.P., 1715-1742.